



PE 046/2025 - ANEXO I

1.1. TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência Locação de equipamentos para realização de exames de bioquímica por reflectometria com fornecimento de reagentes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01- LOCAÇÃO DE ANALISADOR COM FORNECIMENTO CONTÍNUO DE REAGENTES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VR UNIT	VR TOTAL
01	Locação de analisador de bioquímica clínica indiko plus com capacidade mínima de realização de exames de 350 testes fotométricos por hora. O equipamento deverá conter módulo ise integrado com capacidade de realização mínima de 110 testes por hora. Equipamento deverá ser de bancada, a fim de acomodar-se melhor aos espaços do laboratório. Os reagentes deverão ser dedicados ao equipamento com carregamento contínuo sem interrupção da rotina. Possuir no mínimo 40 espaços para reagentes. Equipamento deverá utilizar baixo consumo de água e possuir cubetas de reação descartáveis. Consumo máximo de água de 3 litros por hora. A contratação será por 12 (doze) meses. ➤ Reagente para dosagem de transaminase oxalacética TGO (AST) em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria – quantidade mensal de reagentes (834– oitocentos e trinta e quatro) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de transaminase alanina TGP (ALT) em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria - quantidade mensal de reagentes (834 – oitocentos e trinta e quatro) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de Proteínas Totais e frações em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria- quantidade mensal de reagentes (167- cento e sessenta e sete) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de Albumina em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria - quantidade mensal de reagentes (167 - cento e sessenta e sete) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de Cálcio em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria- quantidade mensal de reagentes (84 - oitenta e quatro) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de Bilirrubina Total em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria - quantidade mensal de reagentes (334 - trezentos e trinta e quatro) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de Bilirrubina Direta em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria - quantidade mensal de reagentes (334 - trezentos e trinta e quatro) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de PCR quantitativo em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria - quantidade mensal de reagentes (167 - cento e sessenta e sete) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de Creatinina em amostras	UNID	01	R\$ 11.411,33	R\$ 136.935,96



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Ana de Pontes, 136 – Centro – Santo Antônio/RN
C.N.P.J. - 08.144.800/0001-98

	humanas, compatível com equipamento por reflectometria - quantidade mensal de reagentes (1.084 - mil e oitenta e quatro) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de Ureia em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria - quantidade mensal de reagentes (1.084 - mil e oitenta e quatro) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de Glicose em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria - quantidade mensal de reagentes (1.584 - mil quinhentos e oitenta e quatro) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de Colesterol total em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria - quantidade mensal de reagentes (1.334 - mil trezentos e trinta e quatro) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de Ácido Úrico em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria - quantidade mensal de reagentes (417 - quatrocentos e dezessete) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de GGT em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria- quantidade mensal de reagentes (167 - cento e sessenta e sete) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de Fosfatase Alcaline em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria - quantidade mensal de reagentes (167 - cento e sessenta e sete) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de Colesterol HDL em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria - quantidade mensal de reagentes (1.334 - mil trezentos e trinta e quatro) unidades mensais. ➤ Reagente para dosagem de Triglicérides em amostras humanas, compatível com equipamento por reflectometria- quantidade mensal de reagentes (1.334 - mil trezentos e trinta e quatro) unidades mensais.				
TOTAL COTADO LOTE 01					R\$ 136.935,96

LOTE 02- INSUMOS PARA GARANTIA DA PRECISÃO DE EXAMES LABORATORIAIS AUTOMATIZADOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT ANUAL	VR UNIT	VR TOTAL
01.	Calibradores para equipamentos de exames laboratoriais por reflectometria, para garantir precisão e confiabilidade dos resultados, com reposição contínua. Caixa com 10 unidades.	CAIXA	15	R\$ 316,65	R\$ 4.749,75
02.	Controles para equipamentos de exames laboratoriais por reflectometria, destinados à verificação da qualidade e precisão dos testes, com reposição contínua. Caixa com 06 unidades.	CAIXA	15	R\$ 263,52	R\$ 3.952,80
03.	Água destilada em embalagem de 5 litros, para uso em equipamentos laboratoriais e preparo de reagentes.	UNID	350	R\$ 13,39	R\$ 4.686,50
TOTAL COTADO LOTE 02					R\$ 13.389,05

1.2. Os serviços objeto do presente termo de referência estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.

1.3. Os serviços acima elencados são classificados como comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados a partir da sua assinatura da Ata de Registro de Preço, sendo admitida sua prorrogação por igual período.



1.5. O instrumento contratual a ser celebrado oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O fornecimento dos serviços acima descritos será parcelado, nos prazos e nos locais de entrega descritos neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se fundamentada no Estudo Técnico Preliminar, contido na fase interna deste processo de contratação.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, tendo em vista este instrumento de governança ainda não ter sido elaborado pela Municipalidade.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO

Considerando que a realização de exames laboratoriais constitui um dos pilares da atenção à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme os princípios da integralidade e da universalidade estabelecidos pela Lei nº 8.080/1990.

Considerando que a utilização de tecnologias diagnósticas apropriadas favorece o acompanhamento contínuo de agravos crônicos, a detecção precoce de alterações clínicas e a tomada de decisão baseada em evidências.

Considerando que a disponibilidade de equipamentos compatíveis com a estrutura da rede local, somada ao fornecimento regular dos insumos necessários para sua operação, contribui diretamente para a efetividade dos serviços prestados, reduzindo dependência de terceiros e otimizando o uso dos recursos públicos. Considerando que essa estratégia está em consonância com as diretrizes do cuidado resolutivo na atenção primária e com o planejamento municipal voltado à ampliação da capacidade instalada em saúde.

Dessa forma, a presente demanda está organizada em dois lotes complementares: O Lote 1 destina-se a locação de analisador bioquímico automatizado, com o fornecimento contínuo de reagentes e insumos necessários à execução de exames laboratoriais bioquímicos, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados pelo laboratório. A contratação visa assegurar resultados confiáveis, padronizados e em conformidade com as normas de biossegurança.

O Lote 2 destina-se ao fornecimento de insumos voltados à calibração, controle interno e externo de qualidade dos equipamentos laboratoriais automatizados, fundamentais para manter a precisão, rastreabilidade e satisfação dos resultados obtidos. Esses materiais são indispensáveis para assegurar o desempenho adequado do analisador e a credibilidade dos exames realizados.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. São requisitos de contratação:

5.1.1. A contratação deverá contemplar:

- Locação de equipamentos de bioquímica clínica baseados na tecnologia de reflectometria, destinados à realização de exames laboratoriais em unidades da rede municipal de saúde.
- Fornecimento contínuo dos reagentes e insumos compatíveis, necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos locados.



- Manutenção preventiva e corretiva, com substituição imediata dos equipamentos em caso de falha técnica que impeça o uso.
- Treinamento inicial aos profissionais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- Suporte técnico especializado, com atendimento remoto e presencial conforme a gravidade da ocorrência.

5.1.2. Equipamentos:

- Os equipamentos devem utilizar tecnologia de reflectometria, com desempenho validado para exames bioquímicos em amostras de sangue total, soro ou plasma.
- Devem ser capazes de realizar os exames com agilidade, confiabilidade e mínima interferência manual, permitindo operação em ambientes com infraestrutura básica.
- Devem apresentar laudos técnicos e de calibração atualizados, compatíveis com normas da ANVISA, e possuir certificação do INMETRO ou órgão equivalente, quando aplicável.
- Devem possuir tela de leitura, interface intuitiva e permitir rastreabilidade dos resultados.
- Capacidade mínima de realizar múltiplos testes por dia, conforme demanda estimada pela Secretaria.

5.1.3. Reagentes e Insumos:

- Devem ser fornecidos reagentes próprios e compatíveis com os equipamentos locados, com registro válido na ANVISA.
- Devem possuir prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses no momento da entrega.
- A contratada será responsável pelo fornecimento contínuo e programado, de modo a evitar desabastecimento nas unidades.
- Devem ser entregues insumos complementares necessários para a operação dos equipamentos, como tiras reagentes, micropipetas, controles, calibradores etc.; quando aplicável.

5.1.4. Manutenção:

- A contratada será responsável por toda a manutenção preventiva, conforme especificações do fabricante, durante todo o período contratual.
- A manutenção corretiva deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas úteis após notificação formal da contratante.
- Em caso de impossibilidade de conserto imediato, deverá ser disponibilizado equipamento reserva equivalente, de forma a garantir a continuidade dos exames.

5.1.5. Treinamento:

- A contratada deverá realizar treinamento inicial e de reciclagem aos profissionais indicados pela Secretaria Municipal de Saúde, contemplando:
 - Operação dos equipamentos por reflectometria;
 - Manipulação e conservação de reagentes;
 - Boas práticas laboratoriais e medidas de segurança;
 - Reconhecimento de falhas simples e medidas corretivas de primeiro nível.



5.1.6. Suporte Técnico:

- Atendimento remoto imediato para suporte técnico durante o horário de funcionamento dos serviços laboratoriais.
- Atendimento presencial em até 24 horas úteis, em caso de falhas que não possam ser resolvidas remotamente.
- Disponibilização de canal direto de contato (telefone ou e-mail) para registro de ocorrências e dúvidas.

Da Subcontratação

5.2. Na presente Contratação **NÃO** será admitida subcontratação:

5.2.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Da Garantia da contratação

5.3. NÃO haverá exigência da garantia da contratação.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

6.1. O prazo de execução dos serviços é de 10 dias úteis, contados do recebimento da respectiva ordem de serviço

6.2. Os serviços deverão ser realizados no Centro de Especialidades Médicas no Município de Santo Antônio/RN e/ou clínica especializada.

6.3. O prazo de validade dos reagentes na data da entrega não poderá ser inferior a 06 meses.

6.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.9. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto nos endereços relacionados neste Termo de Referência e/ou ordem de compra, conforme as condições e as necessidades do licitante.



7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.7.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.7.7. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



7.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

8.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente bancária de titularidade do Contratado.

8.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante, devendo constar ainda número da licitação, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.6 - A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

8.6.1 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

8.6.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;



9.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

9.4.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.5. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.4.6. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.4.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.4.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.4.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.4.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.5. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

9.5.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9.6. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**



9.6.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.6.2. ALVARÁ SANITÁRIO, expedido pelo órgão federal ou estadual e municipal, responsável pelo controle sanitário do comércio dos produtos correlatos que são exercidos pelos interessados, de conformidade com objeto contratual e compatível com o objeto desta licitação.

9.6.3. Comprovar possuir Autorização de funcionamento expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; de acordo com o disposto nos artigos 1º e 2º da Lei Nº 6.360/76.

10. DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação será informado após realização de pesquisa mercadológica pelo setor competente.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e

11.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

12.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



12.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de elaboração do orçamento estimado.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

15.2. A dotação orçamentária será definida pelo setor de finanças, de acordo com as diretrizes e necessidades estabelecidas para o exercício fiscal.

Santo Antônio – RN, 19 de novembro de 2025.

Josefa Avelino de Oliveira Benício
CPF: 022.690.934-45
Secretária Municipal de Saúde